

# Lucena quer convocação de 'sábios'

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Ao sustentar ontem que o governo brasileiro está seguindo à risca a receita do comunismo, aplicando tudo o que consta do Manifesto do PC, o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) sugeriu, "como única medida concreta para debelar a crise institucional", que o presidente João Figueiredo imite o general Charles de Gaulle e convoque como ele um conselho de sábios, indicados pelas universidades nacionais.

O parlamentar amazonense enumerou os pontos da política governamental, para ele muito próxima do regime comunista: 1) O Manifesto do PC prega a instituição de um Estado fiscal e o país cria impostos e os cobra no mesmo ano; 2) No decálogo comunista, a Igreja é apontada como o ópio do povo e, no Brasil, o governo fomenta a crise entre a Igreja e o Estado; 3) O manifesto político de-

fende a abolição do direito de herança, assunto em que o governo brasileiro já começa a intervir; 4) Os comunistas pregam a estatização da economia e o Brasil segue o mesmo modelo; 5) O manifesto prega a centralização do poder num só partido. E aquilo que é o gerador da ideologia comunista encontra na Escola Superior de Guerra, no Brasil, um modelo semelhante.

Lucena acha que a convocação de sábios é medida urgente no Brasil, a exemplo do que foi feito em 1958 pelo ex-presidente Charles de Gaulle, quando decidiu restaurar a dignidade da França. Os sábios poderiam ser indicados, diz ele, pelos conselhos universitários, independentemente de quaisquer conotações político-partidárias. O conselho de sábios atuaria, aqui, como uma espécie de Conselho de Segurança Nacional.

Ao lado disso, sugeriu ainda que o presidente Figueiredo convoque os grandes economistas brasileiros para um estudo sério do problema da

inflação. Antes, no entanto, considera imprescindível que o Congresso Nacional readquira suas prerrogativas e que a Constituição seja reformada para se livrar dos "ranços do autoritarismo".

## ESTADO FISCAL

Ao caracterizar o Brasil como um Estado fiscal, o senador oposicionista condenou as alterações constitucionais impostas pelo "pacote de abril", copiadas, garantiu, do decálogo comunista. Lembrou que essas alterações derrogaram o princípio da anualidade do tributo, permitindo que o governo crie um imposto e o cobre imediatamente.

Ainda na opinião do senador, um exemplo do interesse do governo em ampliar a crise entre o Estado e a Igreja pode ser encontrado na ação do ex-presidente do Senado, Jarbas Passarinho, "que atacou violentamente as comunidades eclesiás católicas".